

## Capítulo 1: A interculturalidade na educação: Brasil, África e Portugal<sup>5</sup>

José Carlos de Paiva<sup>6</sup>

### 1. Sobre o que se passa neste tempo que nos inunda

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos, ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras (BONDÍA, 2014, p. 8).

Acentuo, neste primeiro ponto, a inscrição no político que alimenta a minha prática na Educação Artística, mergulhada nos contextos precisos e diferenciados onde me movo, em terrenos interculturais que reconhecem a pressão da colonialidade sobre os esforços de construção de epistemologias descoloniais e de práticas a serviço das lutas contra as ofensivas neoliberais, profundamente discriminatórias, resultantes de uma ganância sem limites dos beneficiadores das políticas hegemónicas que nos inundam.

Da Europa de onde venho apresento a imagem desalentada que se configura, alargando minha indignação, num apontamento, sobre o que se esconde da Palestina (como exemplo), do que se mistifica sobre as Áfricas, e, com um atrevimento estrangeiro, apresento o que sinto do presente Brasil.

Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo que fizemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos  
Como nossos pais  
(Antônio Carlos Belchior, Como nossos pais, 1976).

Reconheço que este meu corpo cansado transporta os privilégios oferecidos por ser Homem, Branco e Europeu, pelas possibilidades que a democracia ainda consente, mas tal não anula a minha indignação pelo que me cerca, reconhecendo mesmo que o modo como me governo resulta da infiltração sedutora e omnipresente do poder da ideologia hegemónica que nos governa.

Sei que sou, numa grande parte, de onde venho, por onde andei, e que a minha capacidade de resistência e desobediência ao que critico não anula o efeito que o conforto que me é oferecido exerce.

---

<sup>5</sup> A escrita que se apresenta corresponde a uma tradução para a forma de texto de uma intervenção oral apresentada no âmbito do *Colóquio Internacional – Educação sem Retrocesso* (26 de abril de 2019), no Auditório da Escola de Aplicação FEUSP.

<sup>6</sup> Professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP) e Investigador no Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade (I2ADS). E-mail: jpaiva@fba.up.pt

Como mudar um mundo onde os quinhentos indivíduos mais ricos têm tanto rendimento quanto o dos 40 países mais pobres ou o de 416 milhões de pessoas e onde o colapso ecológico é uma possibilidade cada vez menos remota? (SANTOS, 2007).<sup>7</sup>

Neste tempo que nos inunda, incomodado, sei o quanto nos é escondido, tanto das atrocidades cometidas e das guerras exportadas, da persistência do racismo e das escravaturas transvestidas, como na releitura do passado o esquecimento nos apresenta apenas o que-lhes-interessa, escamoteando o roubo e a corrupção dos poderosos, a ocupação política de outros-mundos, o Império de sempre, escondido e inculto.

Sei das vozes de resistência, dos gritos de insubmissão, da insurgência das forças progressistas, das lutas que o poder quer ver desvalorizadas, desprezadas e escondidas. A minha caminhada procurou essas proximidades e forjou em mim uma atitude de desobediência, num movimento permanente para o lado dos desfavorecidos e contra as discriminações.

A Europa, branca, capitalista/colonialista, patriarcal, que se apresenta como o exemplo de civilização, escondendo e negando as atrocidades cometidas, não é hoje capaz de esconder que os sonhos que lhe deram a aura da modernidade, estão hoje desfeitos e substituídos pelo medo, pela ausência de futuro, pela ignorância populista, por uma angústia que nos é remetida, por persistente clausura nos muros sem futuro que continua a construir, para os que chegam, mas nunca para os que partem. “A curto prazo, como já podemos ver, é provável que seja um mundo de incivilidade e violência cada vez maiores”(APPADURAI, 2004, p. 39-40).

Hoje, os dilemas alimentados pelas forças progressistas da Europa residem na consciência que o poder exercido sobre os outros-mundos, durante centenas de anos, se desmaterializou e se expandiu por outros continentes e que os perigos da atualidade decorrem de políticas neoliberais e de disputas de mercado geradoras de novas incertezas, da ampliação das desigualdades sociais, da desfaçatez com que se banaliza a discriminação, do ostracismo de milhares de sem-nome-e-sem-rosto, dos sem-casa-e-sem-terra, ampliando continuamente o número dos condenados da terra.

[...] somente com o fim do sionismo político, entendido como a insistência em fundar o estado de Israel nos princípios da soberania judaica, é que se pode realizar naquela região os princípios mais amplos da justiça. (BUTLER, 2017, p. 28).

---

<sup>7</sup>Entrevista concedida ao *Jornal de Letras*, em 30 de maio de 2007.

Neste tempo que nos inunda abundam atrocidades cometidas pelo poder-neoliberal e por seus representantes, que não cabem neste breve apontamento. Assim, apenas refiro um dos exemplos mais pavorosos dos crimes que estão a ser cometidos, escondidos do mundo e camuflados. Em 1947, por convência internacional no pós-guerra, a ONU determinou que na Palestina fosse criado o Estado de Israel, sendo estabelecida a soberania judaica como compensação pelas atrocidades do Holocausto. Criada a possibilidade de existência de dois Estados num mesmo território. Entretanto, o sionismo político extremista no poder em Israel, com a convência do poder internacional, em particular estadunidense, transformou a vida dos palestinos num inferno insustentável, remetendo-os para redutos geográficos estrangulados, controlados por um dispositivo militar poderoso. Said não se cansa de denunciar a situação existente: “[...] a destruição da sociedade palestina em 1948 e a expulsão de 68 por cento da população local, da qual 4,5 milhões de pessoas continuam vivendo como refugiados nos dias de hoje”(2012, p. 125).

Para além da presença belicista das vozes reacionárias do governo sionista de Israel, tudo se esconde para o mundo, tornando oculto o que se prepara para um extermínio da Palestina, através de um processo acelerado de mortificação generalizada, de controle das vidas e dos movimentos de ocupação com tanques, soldados, postos de controle e assentamentos, que tolhem as possibilidades de vida do sofredor povo palestino.

Como podemos tolerar viver no conforto tornado possível para cada um, ignorando o que se passa neste mesmo Mundo-Todo que habitamos e da qual somos interdependentes? Como professor, artista, investigador não me posso permitir ser conivente e indiferente ao que se passa na Palestina, que se passa no meu-mundo, e não tão longe assim. Assim, com Said: “Dois povos e uma terra. Ou igualdade para todos. Ou uma pessoa, um voto. Ou uma humanidade comum afirmada num Estado binacional” (2012, p. 108-109). E de acordo com Mbembe:

Nas antigas tradições africanas, o ponto de partida da interrogação acerca da existência humana não é a questão do ser, mas a da relação, da implicação mútua, ou seja, da descoberta e do reconhecimento de uma outra carne diferente da minha. (2016, p. 50).

O Ocidente nunca entendeu a África, as diversidades que a compõem, as riquezas ignoradas das suas culturas e da sua História. Dilacerada, colonizada, neocolonizada, dilapidada de seus recursos pelo mundo-ocidental, tão esquecida e

ignorada das riquezas que comporta, das resistências, das possibilidades intrínsecas de futuro.

Neste mundo em que vivemos, onde a civilização ocidental sempre tratou o Universo como se fosse todo seu, olhando com supremacia e ignorância para o que apelidava de outros-mundos, será preciso deixar de ignorar a pujança que imana das Áfricas que povoam o imenso continente, e que são do mundo-todo.

O roubo dos recursos, a retirada pela força da população, das terras ocupadas para formar um desumano contingente de escravos exportado para as Américas, faz parte de uma memória coletiva que não pode ser enterrada pelas mudanças que as independências criaram. A manutenção da ingerência e do controle dos destinos das novas nações, pelas instâncias internacionais (FMI, Banco Mundial, USA, Europa, China), impondo modelos de desenvolvimento que apenas interessam ao poder financeiro, às políticas de mercado controladas pelas grandes potências e grandes empresas, possíveis perante o esquecimento das atrocidades coloniais, e da manipulação e conluio dos novos-governantes e das repetidas políticas capitalistas.

Como poderia ser a África, hoje, sem esse percurso histórico onde foi vítima de descomunais atrocidades racistas, se não fossem roubados os seus recursos e desarticuladas as vidas, destruídos os modos de organização política dos reinos existentes e desmantelado o tecido social? Como seria a África hoje se ela determinasse o seu próprio destino? Que dimensão e respeitabilidade internacional poderiam assumir as suas artes, a sua pujante filosofia, as representações simbólicas de suas vidas partilhadas, se fosse visitada sem os preconceitos que ainda existem?

Como é importante conhecer a pujança de hoje, das lutas das comunidades, de artistas, dos políticos desobedientes às demandas coloniais, de como a cultura ancestral que alimenta a visão de futuro, estabelece possibilidades de devir.

Camaradas, o jogo europeu está definitivamente acabado, é preciso encontrar outra coisa. Hoje, podemos fazer tudo desde que não arremedemos a Europa, desde que não obcequemos com o desejo de apanhar a Europa. (FANON, 2015, p. 324).

Permitam ainda, que com o pensamento estrangeiro que transporto, traga para este tempo que nos inunda, a presença de minha voz sobre este Brasil que frequento com regularidade.

As coisas mudam no devagar depressa dos tempos.

(João Guimarães Rosa, 1986).

Preciso de me entender e entender o que se passa no chão que piso, nas geografias que são do mundo-todo que habito. Sei que os portugueses, os espanhóis, os holandeses que aqui chegaram, tomaram conta do que não era seu, e que quem cá estava apenas ou aceitou trabalhar para os europeus, ou teve de se afastar, para outras terras; e que para trabalhar vieram homens, mulheres e crianças de África, tornados escravos. Sabemos dessas barbaridades, desse tempo ido. Depois há o Brasil independente: o que quer dizer, novos tempos de luta e de liberdade.

Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio. (FREIRE, 2000, p. 121).

A independência não devolveu a terra aos povos que a habitavam, não acabou com a discriminação racial, com as discriminações, apenas mudou as formas de exercício colonial. De onde vêm as elites que passaram a governar o Brasil desde a independência? Não foram os descendentes do poder colonial, os já então privilegiados, tornados beneficiários modernidade/capitalista/colonial/patriarcal, aliados internacionais do poder hegemónico, neoliberal, discriminatório.

A independência abriu um novo tempo de luta e de liberdade. A luta, de ontem e de sempre contra as oligarquias, a corrupção, a discriminação de raça de género e social, contra o controle pelo poder da justiça, pelo direito à terra e pelo respeito pela natureza.

A história deste Brasil é plena de lutas, de vitórias conquistadas, de resistência e de persistência. Estas lutas, sabemos serem hoje tão mais ferozes quanto o mais imprescindíveis: em todo o lado, se queremos ter um futuro, um devir-Outro.

## **2. O colonial que nos integra**

*“A maior riqueza  
do homem  
é sua incompletude.  
Nesse ponto*

*sou abastado.*  
*Palavras que me aceitam*  
*como sou*  
*— eu não aceito.*  
*Não aguento ser apenas*  
*um sujeito que abre*  
*portas, que puxa*  
*válvulas, que olha o*  
*relógio, que compra pão*  
*às 6 da tarde, que vai*  
*lá fora, que aponta lápis,*  
*que vê a uva etc. etc.*  
*Perdoai. Mas eu*  
*preciso ser Outros.*  
*Eu penso*  
*renovar o homem*  
*usando borboletas”.*

(Manoel de Barros, 2004).

Trago para o texto o que me integra, as minhas fragilidades, de como apenas sou o que sou, de como a vida me fez, e de como o colonial nos integra a todos e de como é urgente a luta descolonial.

O modo como entendo que a prática da educação artística enfrenta a complexidade do tempo que nos inunda, estabelece a necessidade de um entendimento do sistema político que nos enquadra e da dimensão como os dispositivos que o incorporam nos penetram, através dos jogos de sedução que exercem, da dimensão alienante dos seus discursos, pelo conforto que proporcionam, pela ocultação do que provocam. Ora, o domínio capitalista/colonial/patriarcal, corresponde ao fracasso das ideias promissoras de um progresso sucessivo e de um tempo de cada vez menos desigualdade. Mas, nem o reconhecimento crítico e a resistência que ofereço me isolam de comportamentos e dos modos de vida deste ocidente, e fornece capacidades de me

isentar nos modos como me governo e que resultam do modo como somos governados pela ideologia hegemónica que nos domina, e nos colonializa.

Reconheço no que faço essa presença incômoda, interiorizada e diluída, presença subtil no modo que exerço o poder que me é fornecido e consentido, como professor, como investigador e como artista. Sei que na minha militância anticolonial não sou plenamente o que gostaria de ser, por incorporar demasiado do legado que transporto e por isso, cresce em mim a consciência de que preciso de uma vigilância permanente perante o que sou, perante o modo como me deixo seduzir, pelo modo como torno ligeira a presença em-tudo do político, como desvalorizo a presença narcísica perante o que faço.

[...] o conhecimento das mulheres, os saberes locais, os ligados à experiência material concreta, os saberes subalternos e alternativos, a experiência prática das práticas de vida quotidiana, os processos de cura ancestrais, várias terapias corporais ou espiritualidades, etc., saberes científicos antigos oriundos de diferentes culturas que viajaram anonimamente e de forma não situada. (IVEKOVIC, 2018, p. 140).

Mais do que anunciar, o que trago para esta escrita é um apelo para que ousemos entender as nossas fragilidades, porque apenas elas nos deixarão deslocar-nos do conforto e, de facto, poder estar junto com as pessoas, as lutas, com as comunidades, ser cúmplice de seus desejos, aprender a ser-em-comum.

É verdade que, ao terem fomentado a miséria e morte à distância, longe dos olhos dos cidadãos, as nações ocidentais temem agora o reverso da medalha, num desses piedosos actos de vingança exigidos pela lei da retaliação. (MBEMBE, 2010, p. 100).

### 3. Retroceder? Nunca!

*“É preciso muita coragem para*

*assumir o medo.*

*Não é para gabar-me mas*

*tenho medo à farta.*

*Tenho até uma grande geleira*

*repleta*

*daquele medo definitivo em  
cubos límpidos  
que é o medo de perder o  
medo algum dia”.*

(João Pedro Grabato Dias, 1976-1979).

Tenho estado muitas vezes em Cabo Verde, onde também sou professor e faço meu trabalho de investigador intercultural. Sou cúmplice de uma ONG local, o Atelier Mar, envolvida com comunidades em luta pelo seu desenvolvimento. Sou professor no Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura (M\_EIA), uma escola onde a prática educativa se confunde com os processos locais de desenvolvimento e de resolução de problemas das populações, na ilha de S. Vicente; em Lagedos e no Planalto Norte, na ilha de Santo Antão, na Preguiça da ilha de S. Nicolau, em Chá das Caldeiras, na ilha do Fogo.

Cabo Verde é um pequeno país no meio do Oceano Atlântico. Desde o Século XV, com a descoberta e povoação destas ilhas então inabitadas, foi constituída uma colônia portuguesa. A luta anticolonial pela libertação fundou a sua independência como país, desde 1975. “A nossa terra é muito linda, mas se vamos lutar para deixar a nossa terra como está, estamos mal” (CABRAL, 1974, p. 119).

É, portanto, um país novo, com apenas pouco mais de 40 anos.

No ano passado desloquei-me à ilha do Fogo, para a comunidade de Chá das Caldeiras, a dois mil metros de altitude, para a cratera do vulcão muito antigo que formou a ilha.

Já lá tinha estado antes, em 2004, acompanhando o modo como a população tinha voltado depois do vulcão de 1995. Gestos repetidos ciclicamente. Abandonar a casa, o gado, a terra, ..., voltar, e recomeçar.

Como tinha já acontecido depois da erupção anterior, em 1951, o vulcão voltou a acordar em 2014, inundando de novo as terras, as casas, de lava incandescente.

A catástrofe provocada por esta nova erupção vulcânica obrigou, de novo a população a abandonar as suas pertenças. Retroceder era necessário. O senhor Adriano contou-me como na retirada, partilhou com sua esposa lágrimas silenciosas, e mostrou-

me com alegria a casa em construção onde dormi, ainda com o chão quente, o cheiro a enxofre no ar.

A paisagem que se nos apresentava de uma imensa área inundada pela lavra, as casas soterradas contrastavam com a determinação das gentes, que com o possível, reconstruíam as suas vidas, as suas casas, retomando, de novo, os seus futuros.

Nesta deslocação, acompanhando professores e estudantes do M\_EIA, que em cumplicidade com as populações realizavam as suas aprendizagens, colaborando nas decisões do novo assentamento urbano, na organização das memórias, entendi o sentido profundo da luta contra o retrocesso, contra o infortúnio, que as comunidades detêm. Aprendi, perante qualquer atrocidade, Retrocesso? Nunca!

#### **4. Ter coragem de pensar é ousar agir**

Os tempos em que vivemos exigem investimentos e diversificações, coerências e competências sociais e epistemológicas para que cada um seja construcional de sua 'personalidade' colectivizada e que se conheça para que possa, nos Outros e nas Coisas, se reconhecer, quer nas similitudes, quer nas diferenças e/ou nas divergências. (BARBOSA, 2008, p. 36).

No texto, tenho tentado vincular a ideia, que estar do lado da construção crítica ao tempo que nos inunda exige a cada um, uma consciência de si, de suas limitações e de suas fragilidades, da incompletude, do que não é capaz de deixar anular o colonial que integra cada um de nós. Saber como somos permeáveis ao conforto que nos é oferecido, como a sedução e as narrativas naturalizadas nos afastam do que se passa neste Mundo-Todo que habitamos. Precisamos entender o que se passa para além do que nos é apresentado, ousar pensar e ousar agir.

A minha aposta, hoje em dia, está nas e pelas esperanças pequenas. Quer dizer, em e por essas maneiras-muito-outras de pensar, saber, estar, ser, sentir, fazer e viver - essas sim, são possíveis e, além disso, existem apesar do sistema, desafiando-o, transgredindo-o, fazendo-o frissurar-se.

[...] nas fissuras e fendas, onde moram, brotam e crescem as maneiras-outras, as esperanças pequenas. ... que me obrigam a olhar-me de forma crítica, a aprender a desaprender para reaprender a pensar, agir, sentir e caminhar decolonialmente, a nível individual e como coletivo. (WALSH, 2019, p. 144-145).

A partir da consciência de si, aderindo a um corpo comum dos que estão do lado dos desfavorecidos e contra as discriminações, usemos usar o grito, alargar as fissuras e interferir de modo desobediente perante as adversidades do mundo, perante a sua esquizofrenia. Entrar em estado-de-luta, insubmissão permanente precisa-se, perante o todo e as pequenas coisas, no quotidiano. Digo, claro, retroceder? Nunca!

## 5. A educação olhada do lado da educação artística

Pedagogies against the state is a call for pedagogies that work against themselves, anti-pedagogies, in the sense that they cannot afford to become trapped within particular values and modes of practice, they cannot adopt totalitarian approaches to learning, in a world of increasing instability. (ATKINSON, 2011, p. 1)<sup>8</sup>.

No terreno que piso, da prática em educação artística, onde ousar agir do lado da desobediência epistemológica, entendendo-me vinculado ao político, que abre futuros e a possibilidade de infinitos, evitando agir num campo inócuo. É o político que confere sentido ao ato educativo e à prática artística, entendido no sentido como se assume o contemporâneo.

A educação artística entende-se aqui, assim, como um campo que estabelece possibilidades de aprendizagem do artístico, em cada um e a partir de si, na relação com o comum. Afasta-se a ideia de que a educação artística é o terreno de formação de artistas, ou apenas do entendimento da arte e do modo como esta lida com a produção de subjetividade e estabelece um terreno de representação simbólica da sociedade. Prefere-se opor ao desenvolvimento de um espaço para a promoção de uma genialidade depositada em cada um, ou de um fechamento na sensibilidade de cada um, um outro sentido, da promoção de um terreno de partilha de ações cognitivas e sensoriais, no terreno do artístico, que estabeleçam possibilidades a cada um de se entender a si, de um governo de si, de ampliar as suas capacidades de ação sobre si, sobre o seu corpo, sobre os modos de relacionamento com o Outro, com os contextos e, essencialmente, como de interferência no comum.

A Educação Artística como um terreno de aproximação à complexidade da arte e não ao seu endeusamento social. Que se entenda que a arte não é uma realidade una, que

---

<sup>8</sup> “Pedagogias contra o Estado é um apelo a pedagogias que trabalhem contra si mesmas, antipedagogias, no sentido de que não podem se dar ao luxo de ficarem presos a valores e modos particulares de prática, não podem adotar abordagens totalitárias à aprendizagem, em um mundo de crescente instabilidade”. Tradução do autor.

assume um espaço sagrado na sociedade, mas que é uma complexa e contraditória manifestação humana, tão louvável e insubmissa como filiada no serviço da cultura dominante, do poder neoliberal, que domina os mercados e controla as instituições que a apresentam e que legitimam e aprisionam os artistas premiados.

Os caminhos que o modernismo abriu, a esperança que comportava de interferência num progresso social em construção enfrentaram a Guerra e os horrores do Holocausto, a substituição da esperança coletiva pelo medo de cada um. Na arte o seu fechamento para um terreno hermético, “[...] a contragosto, acabam por trazer à luz com maior incidência ainda as próprias estruturas da arte que a sua intenção de ferir” (HABERMAS, 1981, p. 16). E aí, onde apenas só as elites têm voz, alimenta-se preferencialmente um mercado especulador, um posicionamento ostensivo e um exercício de poder discriminatório.

[...] a obra de arte não é mais um objeto ‘terminal’, e sim um mero instante em uma cadeia, o ponto de acolchoamento que amarra, com maior ou menor firmeza, os diferentes episódios de uma trajetória. (BOURRIAUD, 2011, p. 105-106).

A arte, todavia, onde se inscrevem posturas contraditórias e controversas, comporta atitudes desobedientes, de insubmissão, relacionais, de produção de subjetividades interferentes em cada um, na vida, nas comunidades.

La cuestión real se refiere a las formas posibles del arte crítico, las diferentes formas como las prácticas artísticas pueden contribuir a la impugnación de la hegemonía dominante. (MOUFFE, 2007, p. 67).

Neste tempo que nos inunda, onde ainda resta a possibilidade de cumprir os desejos congelados de progresso social, assiste-se à inscrição de muitos artistas num movimento inócuo e de vinculação supérflua ao político, reféns dos mecanismos de um mercado apostado na especulação financeira, no espetáculo e em festas de ostentação de um pretense bom-gosto, que a complexidade da vida contemporânea consome, construindo um mecanismo de desejo de ascensão a patamares sociais vendidos como de “alta cultura”. “[...] o museu é um espaço de neutralização e de domesticação de forças que estavam vivas antes da sua museificação” (MBEMBE, 2016, p. 227).

Nas controvérsias da arte contemporânea, para além do seu isolamento elitista, evitam-se caminhos relacionais e da inscrição da arte na insubmissão ao hegemônico. No entanto, muitos artistas preferem desarrumar ideias e procurar utopias, o viver-em-comum, e as possibilidades de se encontrar um sentido para o mundo. Como disse a

poeta portuguesa, Ana Luísa Amaral, em palavras que transponho de meus apontamentos de uma palestra por ela proferida: “A poesia, a arte, desarrumam para tentar arrumar por dentro; e pode haver muito sentido na desarrumação. Desarrumam para poderem depois entender e fazer algum sentido do mundo”.

É neste espaço de procura permanente que a educação artística se pode mover, enfrentando a oscilação entre um modo e outros-modos, perseguindo, procurando e procurando-se. Entender a arte e o artístico como um terreno do comum, como um campo tão controverso como a vida, sobre a qual há que ousar pensar, descolonizar as palavras ocas e inventar futuros.

A presença “arte pela arte” é a arte que suspende as funções comunicativas e as hierarquias analógicas do universo representativo. (RANCIÈRE, 2010. p. 432).

A questão que apresento, reside na necessidade que tenho de me deslocar das grandes verdades que alimentam este tempo em que vivo, para melhor me entender e as poder questionar de modo radical. Essa deslocação é a essência do descolonial, da negação dos retrocessos que nos ameaçam e da inscrição na luta de contraposição.

Para mim, a arte e a educação artística, na entoação desta minha voz frágil de insegurança, podem fortalecer o entendimento radical de cada um de nós, do comum.

Pode ser um plano para a transitoriedade do existente e não a sua reprodução, e tal só ganha sentido, digo-o, se se fundir a arte no político, se se assumir a educação artística no seu mergulho nessa fusão.

Sem enfrentar as controvérsias da arte contemporânea não pode haver um entendimento da educação artística e da sua inscrição numa prática que se inscreva na possibilidade de as crianças e os jovens que frequentam as nossas escolas, virem a ser sujeitos construtores da comunidade que vem. “Uma vez que o ser mais próprio do homem é o de ser a sua própria possibilidade ou potência, então, ...” (AGAMBEN, 1993, p. 38). Ao que Gros acrescenta: “A afirmação soa mal. Para que serve, essencialmente, a escola? Nela aprendemos a obedecer”(2019, p. 26).

Transportando os pensamentos que procuro entender e partilhar ao longo da escrita deste artigo, levanto algumas questões sobre a prática da educação artística, com o pensamento não nas escolas de arte, mas nas escolas públicas onde as crianças e os jovens deveriam ter espaço para desobedecer a este tempo que nos inunda. Assim, tento

entender se a educação artística deve ser um tempo centrado na aprendizagem da arte, e do seu fazer.

A leitura dos textos que antecede esta questão, responde argumentando que a educação artística não deveria ser o terreno para a formação de artistas, mas deveria ser um terreno onde apenas se transporta o artístico para o comum, do que nele reside (práticas de produção de subjetividade; práticas de entendimento do que nos cerca; práticas de criação de representações; práticas de comunicação; espaço de autoconhecimento e de ampliação das possibilidades individuais de ação, sensorial e motora; práticas de incorporação de saber e de pensar-fazer; modos de ação coletiva; práticas de socialização; etc.), também de generosidade para o exercício de experiências artísticas onde se possibilitam as aprendizagens de cada um, como sujeitos.

Experienciar o que o pensar/fazer artístico, como um lugar privilegiado para o autoconhecimento-de-si, a apreensão do mundo e a aproximação ao outro como de um comum, comporta na sua relação com o sensível, a comunicação, a produção de interferência social, a possibilidade de resistência do eu ao modo como cada um é governado, procurando entender o poder que nos oprime na vida, o entendimento do que como o poder nos governa, nos colonializa e a colonialidade nos integra.

Poder saborear uma aprendizagem permite ganhar confiança na capacidade de ação, na partilha, na interferência no comum, na possibilidade de desobediência perante o instituído.

Assim, a educação artística não como um espaço para o saber-fazer, mas um espaço para saber pensar/fazer: espaço de liberdade para cada um lidar com o seu imaginário entendendo como as representações do imaginário que transportamos foram construídas e podem ser construídas; espaço de liberdade para cada um procurar os modos de representação de si, da comunidade – do lugar, do mundo, não só dos espaços de felicidade e de ilusão, mas da obscuridade e do oculto; espaço para a criação, modos próprios de ver/ouvir/sentir, num novo modo de relacionamento com o que nos rodeia; espaço de aprendizagem do mundo da arte, dos seus artistas, das obras no campo de complexidade do mundo da arte, de uma arte e de outras artes, das presenças e das ausências, do legitimado e do oculto; espaço de ação, de interferência, de desobediência; espaço para experienciar modos outros do fazer-artístico, do corpo, da

tecnologia, da simplicidade, do território; um espaço para o desenvolvimento da reflexividade emergente.

Entenda-se que a educação artística como de procura da genialidade, da criatividade e da expressividade ímpar, é, nas nossas escolas, um lugar de exclusão do aluno-comum, da maioria votada à sua inibição e afastamento (em muitas vidas para sempre) das práticas artísticas e da arte. A educação artística pode ser um lugar de combate à exclusão, contra o exilar dos desajeitados, contra a discriminação da rebeldia, contra os rótulos nos tímidos, nos silenciosos, nos preguiçosos. Um lugar para cada um (todos) se fortalecer-a-si, contra o narcisismo e a procura de vaidade.

Neste sentido a educação artística é um espaço contra a classificação, contra a avaliação dos trabalhos, do jeitinho, dos resultados.

Termino com uma confissão. Sei que apenas trago uma reflexão epistemológica, que não responde ao que fazer em sala de aula. Aí defendo que cada um, professor, tem que ter uma consciência crítica, radical sobre as suas práticas, sobre as práticas comuns, onde reside ainda demasiada colonização. Com o edifício de entendimento de cada um sobre a educação artística, com a sua consciência do tempo que nos inunda, ousemos agir, sejamos inventivos na sala de aula, desobedientes o quanto possível, mas deixemos as crianças, os jovens, os adultos serem desobedientes.

Apenas escrevi sobre o esforço que faço, para me descolonizar, sabendo que isso só tem sentido, se me deslocar de mim, se recusar o poder que a sociedade me conferiu e querer aprender, com as pessoas, as crianças, os jovens, os adultos, na minha sala, na minha comunidade e com os que ainda não conheço. Preciso ouvir/sentir o Outros, sabendo que este mundo é um MUNDO\_Só e pode vir a ser um MUNDO-em-Aberto de TODOS.

## **Referências**

- AGAMBEN, Giorgio. **La comunitá cheViene**. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Presença, 1993.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2004.
- ATKINSON, Dennis. **Art, equality and learning: pedagogies against the state**. Rotterdam: Sense, 2011.

- BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARROS, Manoel de. **Retrato do artista quando coisa**. São Paulo: Record, 2004.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- BOURRIAUD, Nicolas. **Radicante - por uma estética da globalização**. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. Tradução de Rogério Betoni. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CABRAL, Amílcar. Palavras de Ordem Gerais. In: P.A.I.G.C. **Unidade e luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974. Discurso proferido aos camaradas do PAIGC em Novembro de 1965.
- FANON, Frantz Fanon. **Os condenados da terra**. Tradução de António Massano. Lisboa: Livraria Terra Livre, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.
- GROS, Frederic. **Desobedecer**. Tradução de Miguel Martins. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2019.
- HABERMAS, Jurgen. **The theory of communicative actions**. London: Beacon, 1981.
- IVEKOVIC, Rada. A política da tradução de conceitos deslocados. Soberania, nação e subjetivação na Ásia emergente. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Descolonizações: reler Amílcar Cabral, Césaire e Du Bois no século XXI**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 127-160.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2016.
- MOUFFE, Chantal. **Prácticas artísticas y democracia agonística**. Barcelona: Universidade Autònoma de Barcelona, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. A comunidade como dissentimento. In: NEVES, José; DIAS, Bruno Peixe (coord.). **A política dos muitos: povo, classes e multidão**. Lisboa: Tinta da China, 2010. p. 425-436.
- ROSA, João Guimarães Rosa. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: José Olympio, 1986.
- SAID, Edward W. **Cultura e política**. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SANTOS, Boaventura Sousa. O estado do mundo segundo três interrogações. **Jornal de Letras**, Lisboa, 30 maio 2007. Entrevista concedida ao Jornal.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade e (de)colonialidade? Gritos, fendas e sementeiras desde Abya Yala. In: AAVV. **Desejo de viver em comum**. v. 1. Lisboa: Tinta da China, 2019. p. 61-74.